

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

O outro e sua Identidade:

políticas públicas de remoção e o caso dos agricultores do Parque Estadual da Pedra Branca/RJ

The other and his/her identity:

public policy and the case of removal of farmers White Rock State Park (Rio de Janeiro)

Andreza A. Franco Câmara

Sumário

DOSSIER FEDERALISMO

FORMA DE ESTADO: FEDERALISMO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS 2

Carlos Bastide Horbach

IMUNIDADE RECÍPROCA E FEDERALISMO: DA CONSTRUÇÃO NORTE-AMERICANA À ATUAL POSIÇÃO DO STF 14

Fernando Santos Arenhart

JUSTIÇA FISCAL, PAZ TRIBUTÁRIA E OBRIGAÇÕES REPUBLICANAS: UMA BREVE ANÁLISE DA DINÂMICA JURISPRUDENCIAL TRIBUTÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 34

Luís Carlos Martins Alves Jr

FEDERALISMO, ESTADO FEDERALISTA E A REVALORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO: UM NOVO CAMINHO PARA O SÉCULO XXI? 52

Antonio Celso Batista Minhoto

EFEITOS POLÍTICO-JURÍDICOS DA NÃO INSTITUCIONALIZADA PARADIPLOMACIA NO BRASIL 66

Gustavo de Souza Abreu

THE MANAGEMENT OF PUBLIC NATURAL RESOURCE WEALTH..... 80

Paul Rose

A (IN)COMPETÊNCIA DO CONAMA PARA EDIÇÃO DE NORMAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: ANÁLISE DE SUA JURIDICIDADE 118

André Fagundes Lemos

ARTIGOS SOBRE OUTROS TEMAS

TEORÍA DE LA PRESIÓN TRIBUTARIA EN BASE A LA IGUALDAD INTERGENERACIONAL: UNA PERSPECTIVA FINANCIERA Y TRIBUTARIA DEL CASO ARGENTINO..... 135

Luciano Carlos Rezzoagli e Bruno Ariel Rezzoagli

CRÉDITO TRIBUTÁRIO: GARANTIAS, PRIVILÉGIOS E PREFERÊNCIAS..... 148

Luís Carlos Martins Alves Júnior

TRIBUTÁRIO - O PARECER PGFN/CRJ 492/2011 E OS EFEITOS DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL EM FACE DA SEGURANÇA JURÍDICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO* 174

Antônio Frota Neves

A SEGURANÇA JURÍDICA ADMINISTRATIVA NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA ANÁLISE ACERCA DOS FUNDAMENTOS NORMATIVOS E DOS ARGUMENTOS JURÍDICOS NOS JULGAMENTOS DOS MANDADOS DE SEGURANÇA 24.781 E 25.116.....	195
Ana Paula Sampaio Silva Pereira	
AVALIAÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL: APONTAMENTOS PARA UMA NOVA AGENDA DE PESQUISA SOBRE O MODO DE PRODUÇÃO DAS LEIS.....	229
Natasha Schmitt Caccia Salinas	
POLÍTICAS PÚBLICAS, DEVERES FUNDAMENTAIS E CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS	251
Julio Pinheiro Faro	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE GUERRA ÀS DROGAS: O ESTADO DE EXCEÇÃO E A TRANSIÇÃO DO INIMIGO SCHMITTIANO AO HOMO SACER DE AGAMBEN	271
João Victor Nascimento Martins	
NEW INSTITUTIONS FOR THE PROTECTION OF PRIVACY AND PERSONAL DIGNITY IN INTERNET COMMUNICATION – “INFORMATION BROKER”, “PRIVATE CYBER COURTS” AND NETWORK OF CONTRACTS	282
Karl-Heinz Ladeur	
RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DE ERRO MÉDICO	298
Edilson Enedino das Chagas e Héctor Valverde Santana	
A ATUAL GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SEGUNDO A LÓGICA DE MERCADO E SUA AINDA CARACTERIZAÇÃO COMO SERVIÇO PÚBLICO	313
Humberto Cunha dos Santos	
EMPRESAS, RESPONSABILIDADE SOCIAL E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA NO BRASIL.....	333
Leandro Martins Zanitelli	
O OUTRO E SUA IDENTIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS DE REMOÇÃO E O CASO DOS AGRICULTORES DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA/RJ.....	350
Andreza A. Franco Câmara	
A LEGITIMAÇÃO DO ABORTO À LUZ DOS PRESSUPOSTOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	364
Terezinha Inês Teles Pires	
JUSPOSITIVISMO, DISCRICIONARIEDADE E CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO DIREITO BRASILEIRO	392
Guilherme Valle Brum	
A GOVERNANÇA TRANSNACIONAL AMBIENTAL NA RIO + 20.....	406
Paulo Márcio Cruz e Zenildo Bodnar	

O QUE É UMA BOA TESE DE DOUTORADO EM DIREITO? UMA ANÁLISE A PARTIR DA PRÓPRIA PERCEPÇÃO DOS PROGRAMAS	424
--	------------

Nitish Monebhurrin e Marcelo D. Varella

NORMAS EDITORIAIS.....	442
-------------------------------	------------

Envio dos trabalhos:.....	444
---------------------------	-----

O outro e sua Identidade: políticas públicas de remoção e o caso dos agricultores do Parque Estadual da Pedra Branca/RJ

The other and his/her identity: public policy and the case of removal of farmers White Rock State Park (Rio de Janeiro)*

Andreza A. Franco Câmara**

RESUMO

O presente artigo analisou as políticas públicas de remoção no Rio de Janeiro e a questão da identidade do grupo de agricultores que se encontra no entorno do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), compreendendo o fenômeno da autoidentidade a partir da reorganização do tempo e do espaço nas sociedades de rede. Examinaram-se o caso dos agricultores instalados anteriormente à constituição do Parque Estadual da Pedra Branca, em Jacarepaguá, a formação do Conselho Consultivo do Parque, a atuação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ao adotar uma política de remoção desses assentados e o conjunto de informações repassadas aos conselheiros e aos demais interessados, como aquelas encaminhadas à mídia e que apresentaram um cenário excludente e criminalizador dos pequenos produtores. Utilizaram-se como metodologia de estudo a revisão de literatura sobre o tema, a pesquisa de dados constantes nos arquivos do Conselho do Parque, a análise do relato de alguns conselheiros sobre o problema abordado e das informações colhidas na mídia sobre a participação dos agricultores nos crimes ambientais situados no Parque.

Palavras-chave: Identidade. Agricultores. Parque Estadual da Pedra Branca. Política de remoção. Conselho consultivo.

ABSTRACT

This article analyzes the public policies of removal in Rio de Janeiro and the question of the identity of the group of farmers who are in the vicinity of Pedra Branca State Park (PEPB), including the phenomenon of self-identity from the reorganization of time and space in networked societies. We examined the case of farmers previously installed the constitution of the State Park of Pedra Branca in the studied area, the formation of the Advisory Board of the Park and the role of the state government of Rio de Janeiro to adopt a policy of removal of these settlers, as well as all information that are transferred to counselors and other interested parties, as those were gathered media, presenting a scenario of excluding and criminalizing small farmers. For this purpose, we used as a method of study to review the

* Recebido em 18/03/2013
Aprovado em 03/04/2013

** Professora Assistente no Curso de Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto Três Rios. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora. Email: andrezaafc@hotmail.com

literature on the topic, search the data contained in the archives of the Park Board, review of reports of some councilors on the issue discussed and information gathered in the media about the participation of farmers located in the environmental crimes in the Park.

Keywords: Identity. Farmers. State Park of Pedra Branca. Removal policy. Advisory Council.

1. INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a formação dos processos identitários do grupo de agricultores que vive no Parque Estadual da Pedra Branca ocorreu devido à aprovação do Projeto de Extensão – PROEXT, apresentado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, em 2011. O Projeto também foi aprovado junto ao Ministério da Educação e Cultura para a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas por um grupo multidisciplinar coordenado pela professora Annelise Fernandez, doutora em Sociologia, e que já realizava pesquisa com os referidos agricultores. Foram inseridos nesse grupo de estudo outros professores e alunos dos cursos de Administração, Biologia, Gestão Ambiental, Economia e Direito, da própria UFRRJ, e pesquisadores da Farmanguinhos. Logo, fui convidada pela coordenadora para realizar as atividades acadêmico-jurídicas do Projeto, as quais ocorrerão, de modo alternado, nas sedes das associações nas seguintes localidades da cidade do Rio de Janeiro: Rio da Prata, Pau da Fome e Vargem Grande, e nas instalações do Laboratório de Biodiversidade de Farmanguinhos na Colônia. Além disso, realizarei atividades de campo no maciço da Pedra Branca, nos municípios contatados, em feiras e em outros eventos.

O grupo de agricultores se organiza em três associações com aproximadamente 150 integrantes do maciço da Pedra Branca, na cidade do Rio de Janeiro, e conta também com visitantes dos municípios de Magé, Nova Iguaçu e Seropédica.

O Programa, que se encontra em desenvolvimento em 2012, intenciona ampliar e fortalecer as atividades agroindustriais de associações de agricultores familiares do maciço da Pedra Branca, com base em princípios participativos, agroecológicos e solidários. Os trabalhos até o momento realizados apresentam a estruturação de empreendimentos da economia solidária em face dos produtos derivados da agricultura familiar – entre eles, plantas medicinais e a fruticultura –, por meio de ações de assessoramento jurídico-contábil e técnico, da organização dos processos de produção e comercialização e da geração de novos produtos.

Com esse conjunto de ações, objetivou-se fortalecer o associativismo e estimular a formação de arranjos comunitários, a organização de redes de cooperação técnica e econômica e o acesso a mercados institucionais. Verificou-se a tendência das novas estruturas sociais que, gradativamente, na era da globalização, são alteradas pela reestruturação do capitalismo e das atividades econômicas e pelas sociedades de rede. As novas tecnologias, as políticas governamentais e os aspectos institucionais e culturais determinam os impactos na questão social e individual, na questão local e regional e, portanto, a partir da trajetória do grupo de agricultores, neste caso em análise.

Pretendeu-se, com o presente ensaio, discutir a questão da identidade do grupo analisado a partir do resgate dos mecanismos da autoidentidade com a reorganização do tempo e do espaço. Para alcançar esse objeto, estudaram-se: o caso dos agricultores instalados anteriormente à constituição do Parque Estadual da Pedra Branca, em Jacarepaguá; a formação do Conselho Consultivo do Parque; a atuação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ao adotar uma política de remoção desses assentados; e o conjunto de informações repassadas aos conselheiros e aos interessados, como aquelas encaminhadas à mídia.

Para tanto, os métodos de pesquisa empregados para o presente estudo foram: a revisão de literatura sobre o tema; a pesquisa dos dados constantes nos arquivos do Conselho do Parque; o relato de alguns conselheiros sobre o problema abordado; e a pesquisa e a leitura do material colhido na mídia sobre a participação dos agricultores na formação do Parque, do Conselho e nas ações para resgate de sua identidade.

2. A POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE PARQUES NO BRASIL: O CASO DO PARQUE ESTADUAL PEDRA BRANCA

O parque constitui um refúgio onde se preserva a natureza do desenvolvimento econômico e do crescimento desenfreado. Quando implantado nos Estados Unidos, o modelo de parques sem a presença de pessoas, salvo para rápidas visitas, com o propósito de preservar a vida selvagem, sofreu severas críticas tanto dos próprios preservacionistas puros, quanto dos adeptos ao ecossocialismo e aos movimentos da ecologia social. Segundo Rodman,¹ a criação dos parques obedece a uma “visão antropocêntrica”, pois beneficia os habitantes das cidades ao recriar um valor estético, religioso e cultural do homem e ao destacar que a “[...] natureza selvagem não foi considerada um valor em si”, digno de ser protegido, mas que necessita da intervenção humana para preservar as espécies. Desse modo, atribui-se aos “escolhidos” o poder de selecionar em ilhas os grupos protegidos.

O modelo conservacionista americano foi levado a outros países, inclusive ao Brasil, reafirmando a dicotomia “povos” e “parques”. Assim, em decorrência da implantação dessa ideologia, percebe-se que as populações tradicionais de extrativistas, pescadores e índios foram severamente prejudicadas.

No Brasil, os primeiros parques foram criados na década de 1930, especificamente no Rio de Janeiro, e, depois, estendidos às demais regiões do País², embora o ritmo de criação desses espaços tenha diminuído após a década de 1990. No caso da Amazônia, com o propósito de conservar a natureza e de reproduzir o modo de vida das populações locais, esse modelo passou a ser preterido em relação a outras unidades de conservação que admitem a presença do homem. Todavia, ainda no Estado do Rio de Janeiro, o sistema de parques continuou a ser criado pelas agências ambientais e defendido como modelo ideal de conservação. Nas palavras de Gomez-Pompa e Kaus³:

Conservacionistas tradicionais veem o valor estético, biológico e ecológico, mas não necessariamente veem as populações humanas. Muitas vezes eles não conseguem ver os efeitos das ações humanas do passado ou do presente, nem diferenciar os diversos tipos de uso, ou reconhecer o valor econômico de um uso sustentado.

Em 1986, foi criado o Instituto Estadual de Florestas – IEF/RJ, que reproduziu as políticas ambientais conservacionistas importadas do modelo norte-americano – seja por intermédio da criação de parques, seja por meio de medidas fiscalizadoras –, sem considerar a escassez de recursos disponíveis para implantar a política adotada nas áreas em questão.

É importante destacar que a coletividade se relaciona com a natureza. “A sociedade é produto do mundo natural por um trabalho de invenção constante”,⁴ no entanto, as ideias propagadas pelo conservacionismo induzem ao pensamento de que os parques são criados em espaços vazios, desabitados e sem quaisquer relações sociais travadas por aqueles que ali já se encontravam. O que não é possível é conceber a criação de um parque como um local de natureza intocada, visto que, em sua grande maioria, trata-se de territórios habitados por grupos sociais. Assim, “[...] a ênfase dada pelos ecologistas à localidade e ao controle praticado pelas pessoas sobre seus próprios espaços de existência constitui um desafio aos mecanismos básicos do novo sistema de poder”.⁵

1 RODMAN apud DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002. p. 33.

2 CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. v. 2. p. 157. Segundo Castells, as bases político-econômicas da localidade permitem a constituição de uma consciência pública. Desse modo, o controle sobre o tempo está em jogo na sociedade de rede e o movimento ambientalista é um dos principais protagonistas no cenário de mudanças.

3 GOMEZ-POMPA; KAUS apud DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002. p. 35.

4 DIEGUES, Antônio Carlos. Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002. p. 49.

5 CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Trad.: Klaus Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. v. 2. p. 156.

Com o propósito de salvar e tornar intocável a natureza, determinadas etapas no processo foram mitigadas, tais como a ausência de critérios e de planejamento de gestão para as unidades de conservação criadas, o fato de essas áreas já serem ocupadas anteriormente ou o de que esses territórios eram conservados mesmo com a presença de populações humanas, em regra, tratadas como invasoras, ilegais e destruidoras da natureza. Apesar disso, com a modificação do capitalismo e com a queda do estatismo no final do século XX, apresentou-se a construção de identidades coletivas as quais “[...] desafiam a globalização e o comopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes”.⁶

A legislação ambiental brasileira prevê regras a respeito do processo de criação e gestão de unidades de conservação, mas se cala na questão das populações que já residiam em unidades de conservação de proteção integral. Isso leva a refletir que a obrigatoriedade de mecanismos participativos na criação e na gestão das unidades de conservação prevê medidas de solução dos conflitos entre gestores, administradores e moradores nos parques. Leva ainda a pensar quais são os instrumentos que garantem o direito de permanência dessa população residente em unidades de conservação ou que minimizem sua mobilidade para preservar as identidades a partir do território. Nessa construção das bases territoriais, a fronteira simbólica amplia os limites espaciais, cujas identidades estão formadas com base em relações histórico-culturais.⁷

O Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) foi criado por meio da Lei Estadual nº. 2.377, de junho de 1974. Em seu art. 3º, a Lei declara que a área atingida, para fins de desapropriação, é de utilidade pública, prevendo a caducidade do dispositivo em 1979. Assim, o parque é concebido como um artefato cultural,⁸ ferramenta utilizada para construir identidades por meio de sentidos que pairam em torno dos pensamentos e dos relacionamentos idealizados pelas pessoas que o consideram como uma área intocável e separada do ambiente vivido. Surge a hipótese de que os parques constituem simbolicamente espaços idealizados e impenetráveis, onde o homem e a natureza não podem conviver. Nesse contexto, o PEPB é considerado a maior reserva florestal em área urbana no mundo e, com aproximadamente 10% da área total do município do Rio de Janeiro, possui cerca de 12.500 hectares de área coberta por vegetação típica da Mata Atlântica.⁹

O Parque da Pedra Branca e seu entorno dispõem de construções de interesse cultural, como um antigo aqüeduto, algumas represas e as ruínas de sedes de antigas fazendas, além do pórtico e da subsede do Pau da Fome, em Jacarepaguá. Nas proximidades do Parque, encontra-se ainda o Museu Nise da Silveira, na Colônia Juliano Moreira. Devido à sua posição geográfica e a características ambientais, a existência do PEPB é estratégica para a conservação ambiental do Estado do Rio de Janeiro, segundo dados da administração do parque.

A administração da área aponta como principais problemas decorrentes de ocupações indevidas, antigas e atuais, os conflitos associados com o tráfico de drogas e com as ações de grupos de milicianos. Desse modo, indica que o PEPB é aquele que concentra os maiores e mais numerosos conflitos territoriais e que, portanto, requer ações emergenciais de médio e de longo prazos para sua adequada gestão e consolidação.

A institucionalização do parque ocorreu por meio de interferências durante os tempos e, construindo a realidade e dividindo as áreas entre a natureza selvagem e a ocupação humana,¹⁰ representou o controle perpetuado do Instituto Estadual de Florestas – IEF, o qual, em janeiro de 2009, passou a integrar a estrutura do Instituto Estadual do Ambiente – INEA/RJ. Nesse sentido, o tempo é visto como uma instituição social, “[...] antes de ser um fenômeno físico e uma experiência psíquica”, empregado para consolidar valores de um determinado grupo dominante na gestão.¹¹

6 CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Trad.: Klaus Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. v. 2. p. 18.

7 HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

8 GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

O conceito de artefato cultural foi inicialmente empregado por Geertz no ano de 1978.

9 RIO DE JANEIRO. *Parque Estadual da Pedra Branca*. Disponível em:

<<http://www.parquepedrabranca.com/menu/03/01.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

10 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

11 OST, François. *O tempo do direito*. São Paulo: EDUSC, 2005. p. 12.

A administração do IEF e a do próprio PEPB não analisam o território em que se situa a Unidade de Conservação – UC, sob o foco dos usos e dos costumes das populações ali estabelecidas, tampouco analisam as barreiras físicas e as representações ideológicas configuradas ao longo do tempo. Em síntese, constitui-se um jogo de poder orquestrado para nomear oficialmente a área como uma unidade de conservação integral, marginalizando a população que se situa no entorno da área e considerando-a invasora.

3. A IDENTIDADE DO AGRICULTOR NO ENTORNO DO PEPB

O tema identidade tem sido rediscutido nas Ciências Sociais a partir das novas dimensões da modernidade. De acordo com Anthony Giddens,¹² são quatro concepções institucionais da modernidade que influenciam o redimensionamento da sociedade e do próprio conceito de identidade, o que passou a sobrepor a identificação nacional a outras formas culturais particularizadas a partir de um processo híbrido, fluido¹³ e individual. São elas: o capitalismo, o industrialismo, a vigilância e o poder militar.

A modernidade constituiu uma opção à ordem e ao caos, ou, segundo Bauman, uma luta contra a ambivalência.¹⁴ Com a modernidade, o sujeito passou a uma busca pelo conhecimento e pelas formas de ordenar o mundo e, assim, o projeto moderno ressignificou aquilo que era natural, visto como desordem, para uma modalidade científica de controle. O homem e a sociedade modernos precisam de controle para alcançar uma vida melhor e, em consequência dessa ideia de racionalidade, surge o Estado Moderno que busca ordenar e classificar seu território, deixando-o de acordo com seu projeto, e categorizar a sociedade, os grupos e as pessoas. Segundo Bauman, esse projeto “[...] fornecia os critérios para avaliar a realidade do dia presente. Esses critérios dividiam a população em plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninhas a serem removidas ou arrancadas”.¹⁵

O projeto de sociedade moderna, de Estado Moderno e da Ciência Moderna resultou na globalização do Ocidente. Nesse sentido, Hall¹⁶ considera que, com a globalização, a compreensão do tempo e do espaço¹⁷ passou por um novo sistema de representação influenciador das identidades culturais.

Stuart Hall¹⁸ considera que, no fim do século XX, diversas alterações estruturais oriundas da sociedade moderna mudaram a ideia sobre o indivíduo e sobre sua identificação. Desse modo, “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado”. Logo, Hall¹⁹ argumenta que a maior dependência das vantagens da globalização leva ao colapso das identidades tradicionais:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

12 GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

13 BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

14 BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

15 BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 29.

16 HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 67.

17 GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1999. p. 27. A modernidade trouxe grandes modificações ao mundo. Dentre elas, Giddens destaca a radicalização das noções de espaço e tempo. Com o advento dessa nova era, “[...] crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. [...] O que estrutura o lugar não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta relações distantes que determinam sua natureza”. Além disso, há a “reflexividade” e a criação dos “sistemas peritos”.

18 HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 7.

19 HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 12.

A questão da decadência da autoidentidade, para Giddens,²⁰ é um problema moderno decorrente do individualismo ocidental e da busca pela solução dos problemas a partir da racionalidade científica. Esse autor observa que a identidade, tal como a individualidade, foram pontos presentes, mesmo nas culturas tradicionais ou pré-modernas, e conclui que a modernidade, principalmente a modernidade tardia, termo cunhado por Giddens, muda o modo de os sujeitos pensarem, viverem e construírem suas identidades.

Após a definição dos primeiros contornos sobre a modernidade e sobre sua influência acerca da identidade, busca-se, neste trabalho, em um segundo momento, examinar como a noção de autoidentidade se transformou a partir da dinâmica de ocupação e da trajetória das famílias mais antigas estabelecidas no maciço da Pedra Branca. Aborda-se, assim, uma situação específica: a do morador de uma área de proteção integral, sujeito a políticas ambientais e integrado ao meio urbano tanto fisicamente quanto em suas relações com o mercado.²¹

A Zona Oeste do Rio de Janeiro tem um histórico de atividades rurais importante. No passado, a região conhecida como Sertão Carioca, constituía-se como polo de abastecimento agrícola da capital. Na atualidade, apesar da existência de representações dominantes sobre suas feições urbanas e industriais, a atividade agrícola persiste e detém relevância econômica e social para a manutenção de famílias de agricultores classificados como tradicionais, já que lutam para manter suas territorialidades específicas. As famílias, além de dependerem da renda das atividades agrícolas, estão na região há mais de um século e, mesmo assim, sofrem com a expansão urbana, com as transformações nas relações de produção e de mercado e, sobretudo, com as restrições de órgãos ambientais orientados por uma perspectiva de incompatibilidade entre a presença humana e a conservação da natureza. Muitas dessas famílias, com a venda de suas propriedades, que hoje viraram grandes condomínios residenciais, aumentaram fortemente o impacto ambiental na região, e, ademais, em razão da baixa rentabilidade, seus descendentes não estão suficientemente motivados a dar continuidade à prática exercida há anos por suas famílias.

Entretanto, a agricultura da Zona Oeste também possui grande relevância ambiental, uma vez que sua persistência tem ajudado a manter os limites do Parque Estadual da Pedra Branca. As atividades cotidianas de manutenção da propriedade, de organização da produção e de inserção no mercado e as formas de mobilização política são mecanismos de resistência e de luta pelo direito a permanecer no PEPB e, embora exista o predomínio crescente de usos urbanos no local, continua a ocupação de caráter rural-agrícola que, apesar de inúmeras dificuldades para a reprodução social de seus meios de vida, é, enfim, apoiada sobre a história do grupo, sobre a memória e sobre a manutenção de suas atividades cotidianas. Dessa forma, constrói-se uma identidade vinculada à pequena produção e, apesar de sua base histórica, não se pode negar que ocorre um processo de construção de uma nova identidade social, a partir do aumento de atividades outras não classificadas como tipicamente rurais, o que possibilita novas trajetórias individuais em aparente contradição aos projetos familiares.²²

Por outro ponto de vista e em sentido contrário, percebe-se a existência da inserção da agricultura no contexto econômico da cidade do Rio de Janeiro, com a propagação de valores ambientais que podem ser implementados quando das práticas agrícolas consolidadas, as quais contribuem para a ressignificação dessa atividade no maciço.

Fica evidenciado um grande desinteresse do poder público em fomentar atividades agrícolas e o predomínio de um imaginário social de afirmação do urbano e de inexistência da agricultura na cidade do Rio

20 GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1999, p. 74.

21 HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

A teoria do reconhecimento elaborada por Axel Honneth se encaixa no caso em exame, porque propõe ser um modelo avaliativo dos conflitos sociais por meio de um conceito moral de luta social, bem como propõe ser um paradigma explicativo sobre o processo de evolução social de um grupo.

22 OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 136. Cardoso de Oliveira considera que os “[...] direitos acionados em interações que não podem chegar a bom termo por meio de procedimentos estritamente formais e que requerem esforços de elaboração simbólica por parte de seus interlocutores” geram uma integração entre eles e possibilitam a efetivação desses direitos.

de Janeiro, embora os estudos revelem a possibilidade de construção de uma identidade afirmativa dos pequenos produtores do PEPB, devido à sua importância para a manutenção das fronteiras do Parque e, por consequência, da obtenção da conservação da natureza.

Os dois aspectos relatados acima evidenciam a dimensão política que envolve a inserção dos pequenos produtores na sociedade mais ampla. Encontra-se, na doutrina de Foster,²³ o ensinamento de que os camponeses têm muito pouco controle sobre as condições que governam suas vidas pobres e despossuídas de poder. Em virtude disso, é necessário considerar a função estatal nos âmbitos municipal, estadual e federal, pois o Estado atua como agente que direciona, interfere ou consolida processos socioeconômicos desenvolvidos junto aos pequenos produtores. Destaca-se, na área urbana da municipalidade, o empenho em fomentar a atuação do capital no mercado imobiliário, pois são acentuados os processos de estratificação da área urbana,²⁴ por meio de planos de renovação e de infraestrutura urbana e, indiretamente, com a proliferação de leis e tributos que fazem da cidade um território inviável para populações de pequenos produtores dedicados às atividades rurais.

Ao estudar o processo de urbanização do bairro de Vargem Grande, destaca-se o fato de que o principal atrativo para sua ocupação foi o aspecto de zona rural evidenciado pela presença de atividades econômicas como: haras, hortos, passeios, polo gastronômico e ecoturístico. Além disso, quase todos se apropriaram da natureza como valor agregado ao produto ou ao serviço oferecido. Na verdade, a criação do PEPB resulta do estabelecimento dessa fronteira entre o rural e o urbano, segundo o ponto de vista do Estado, e gera, com isso, efeitos contraditórios, seja sobre a dinâmica de ocupação, seja sobre a produção agrícola existente. Paralelamente, essa UC contribuiu para a consolidação de valores ambientais que passaram a ressignificar os usos rurais ali estabelecidos, conforme acentua Oliveira.²⁵

O estado possui o IEF como órgão responsável pela administração do PEPB, para a concessão ou não de reivindicações de seus moradores, bem como para a realização de projetos dos pequenos produtores do Parque por meio da intermediação com outros órgãos públicos e com agências, como é o caso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, da Secretaria de Desenvolvimento Rural e de outras entidades, como o Sindicato Rural e algumas ONGs.

Os pequenos produtores do PEPB são incentivados ao associativismo e ao cultivo agroecológico por mediadores institucionais e do terceiro setor e podem participar do conselho consultivo do Parque. Essa representação se dá graças ao histórico de constituição das três associações, as quais, inicialmente, limitavam-se à Associação de Lavradores e Criadores de Jacarepaguá, a primeira delas. A ALCRI, como é chamada, criada em 1986, encontrava-se desativada e, por intermédio do incentivo de dois engenheiros-agrônomo da EMATER, reiniciou suas atividades em 1998.

Já a Agroprata, a segunda associação, foi fundada em 2003, ao fim do projeto de agricultura orgânica desenvolvido pela ONG Roda Viva. Essa entidade procurou reverter uma agricultura extrativista rudimentar e extensiva, com baixos índices de produtividade, como até então era praticada, pelo sistema de agrofloresta, cultivada em áreas menores, com agregação de valor ao produto orgânico e com beneficiamento de parte dele, como é o caso da banana-passa.

Apesar de mobilizar um número pequeno de agricultores da localidade do Rio da Prata, seus membros se tornaram importantes porta-vozes dos agricultores, além de o aprendizado técnico-científico e institucional e a vivência de experiências tenham possibilitado a construção da identidade do agricultor orgânico em oposição aos demais agricultores convencionais.

A terceira associação, a Agrovargem, foi criada no contexto de mobilização promovido pela equipe do Laboratório de Biodiversidade de Farmanguinhos, que, instalado no entorno do maciço da Pedra

23 FOSTER, George. What is a peasant? In: POTTER, J.; DIAZ, M. *Peasant society*. Boston: Little Brown and Company, 1967.

24 ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006. p. 147.

25 OLIVEIRA, Clara Machline. O comércio da natureza: a construção do espaço no bairro de Vargem Grande, cidade do Rio de Janeiro. *Revista de Graduação de Geografia da PUC*. Rio [de Janeiro], ano 1, n.1, v.1, jan./jul. 2008.

Branca, desde 2006, tem buscado conhecer a realidade socioeconômica e cultural dos pequenos produtores do maciço da Pedra Branca, promover a capacitação a respeito das formas de cultivo de plantas medicinais, disponibilizar informação técnica e certificação institucional de seus produtos e buscar, conjuntamente, ações que possibilitem a criação de uma rede de desenvolvimento local, visando à implantação efetiva da Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos, criada no País também desde 2006.

4. A FORMAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca, criado em 5 de julho de 2005, é composto pelas seguintes entidades: Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF), atualmente vinculada ao INEA; Conselho Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE); Fundação Oswaldo Cruz; Secretaria de Defesa Civil/Comando Geral do Corpo de Bombeiros; Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA); Secretaria de Estado de Agricultura; Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; Empresa de Turismo do Rio de Janeiro – TURISRIO; Associação de Moradores de Vargem Grande; Grupo de Defesa Ecológica (GRUDE); Amigos da Zona Oeste; SOS Pedra Branca; Associação de Moradores do Monte da Paz; Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Indústrias (SEBRAE); Associação de Amigos e Moradores do Rio da Prata; e Federação de Esportes e Montanha do Rio de Janeiro (FEMERJ).

O critério de seleção das entidades decorre, além da proximidade dessas organizações com a administradora da UC nesse período, do histórico de participação e de desenvolvimento de projetos ambientais no Parque. Exercendo o papel de representante simbólica dos demais moradores do PEPB, encontra-se a associação de moradores da Comunidade Monte da Paz, de valiosa importância pela proximidade física à estrutura administrativa. As demais associações são escolhidas conforme a avaliação da gestora acerca do envolvimento com as questões do PEPB.

É importante revelar que os Conselhos Consultivos são avaliados pelos gestores como fóruns destinados à solução de difíceis conflitos e à comunicação. Isso implica, ao longo das atividades cotidianas de administração de uma UC e de sua efetividade, que o gestor está aberto a escutar, negociar e acatar posições divergentes nas práticas gestoras e que a própria instituição desenvolve uma cultura organizacional aberta a esse novo tipo de prática, em oposição ao modelo tradicionalmente formado em uma instituição tecnocrática e verticalizada que, até então, esperava dele um perfil fiscalizador.

Na prática, não se promove o processo de empoderamento das populações com as quais atuam as organizações, que, ao assegurarem os benefícios financeiros, políticos e simbólicos, evitam os custos da participação. Segundo Mosse,²⁶ os conselhos existem para se adequarem à exigência legal de adoção de formas participativas de gestão, obtêm recursos econômicos do governo e de agências promotoras de desenvolvimento social, acumulam capital social, e mais nada ocorre.

Silvana Montes Lima, diretora da DCN no período 2006, atribuiu a demora na instalação dos conselhos à inexistência de diretrizes e de procedimentos para a criação dos conselhos (normatização, escolha dos conselheiros e capacitação). Tais problemas foram sanados a partir da criação de uma portaria, embora, até o final da gestão de Maurício Lobo, na presidência do IEF – RJ, em dezembro de 2006, o Conselho não tivesse sido convocado.

26 MOSSE apud FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Um parque no sertão carioca dos anos 70 aos dias de hoje. O que mudou na política de conservação? In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008. p. 4 Disponível em: <<http://www.abant.org.br/noticias.php?type=congressoRBA#453>>. Acesso em: 20 de set. 2011.

Maurício Lobo afirmou que conselhos com 20 a 30 membros são verdadeiros elefantes brancos²⁷ e, por esse motivo, o número de participantes foi estipulado em dezesseis entidades, compostas de oito representantes da sociedade civil e oito representantes do poder público.

A partir de entrevistas com a gestora do PEPB, constata-se que o Conselho, composto por dezoito membros, chegou a se reunir duas vezes antes da mudança da presidência do IEF, não havendo tempo para realizar a capacitação dos gestores, como informa Cohen. Ao realizar um balanço sobre a importância dos conselhos para a gestão passada do IEF e ao compará-la com a gestão seguinte, Cohen sugere que, enquanto a primeira possuía uma visão mais técnica e, de certa forma, receosa acerca da abertura da gestão das unidades de conservação, já que a entendia como demagógica, a nova diretoria é marcada por uma trajetória de práticas ambientais democráticas e por uma forte inserção partidária. Em suma, a mobilização desses atores se limitou à troca de e-mails e a esses dois encontros de caráter informal.

4.1 A formação do novo conselho consultivo do PEPB

Em 2007, o novo grupo que assume o IEF indaga sobre o processo de construção dos conselhos já elaborados e inicia um processo de diagnóstico e reestruturação deles. Foi realizada uma oficina, com 32 participantes, na sede do Parque, no dia 25 de maio de 2008, cujo facilitador – Roberto Rezende – aplicou a técnica de diagnóstico rápido participativo. Em fala inicial, o administrador e a diretora da DCN destacaram a vontade da gestão atual do IEF de combater os *parques-fortaleza*, entendidos como aqueles inspirados no modelo americano, em que nada pode ser feito que não se relacione com a realidade brasileira.

Na referida oficina, Roberto Rezende, arquiteto por formação e especialista em planejamento de áreas protegidas, relatou que, na verdade, especializou-se em atividades de diagnóstico e de desenvolvimento de metodologias participativas na área ambiental. Tal formação é adequada à fiel percepção dos atores, dos conflitos, das disputas e de outras questões relevantes para a implantação do PEPB.

Seguiu-se à oficina a realização de mais sete etapas para a realização dessa primeira fase, identificada como formação e reorganização dos conselhos. Em um momento posterior, deve ocorrer tanto a capacitação dos membros do Conselho no apoio operacional, baseado em seu plano de ação, quanto o monitoramento da atuação dos conselhos, a fim de aperfeiçoar e dar continuidade ao processo de gestão participativa da UC.

Vale ressaltar que o Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca foi criado pela Portaria IEF/RJ/PR nº 269, de 17 de dezembro de 2008, para a orientação e o planejamento das atividades do PEPB, atendendo ao que dispõe o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e o Decreto Estadual nº 29.213, de 14 de agosto de 2001. No caso dos pequenos agricultores do PEPB, o enfrentamento com o IEF se caracterizou por poucas situações de conflitos declarados e tem sido marcado pela negociação e pela resistência por parte dos agricultores, tanto por meio de ações individuais, quanto por meio de ações coletivas, como as formas cotidianas de resistência. Nesse sentido, é possível pensar que o antagonismo frente ao IEF apenas indiretamente contribuiu para a mobilização dos pequenos produtores na história de constituição das duas associações de agricultores do PEPB (ALCRI e AAOPB) e para a mobilização objetivando a constituição de um novo Conselho.

O atual Conselho, constituído de forma participativa, ficou com a composição final de 28% de organizações governamentais e 72% de organizações civis. O Conselho organizado pela gestão passada havia estipulado previamente que sua composição deveria ser de 50% de instituições públicas e 50% de organizações da sociedade civil. Atualmente, o número de conselheiros é de 36 membros, o que reflete, segundo a diretora atual da DCN, os múltiplos atores envolvidos com o Parque em uma realidade urbana. É impor-

27 COHEN, Marcos. *Análise do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro*. 341 f. 2004. Tese (Doutorado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica PUC: Rio de Janeiro, 2004. p. 227.

tante salientar que somente o Parque da Tiririca em Niterói e o da Pedra Branca, no Rio de Janeiro, ambos urbanos, são as unidades de conservação que possuem os conselhos mais amplos.

Fuks,²⁸ ao observar os efeitos causados pela provável desigualdade de recursos entre os participantes dos conselhos, aponta que a efetividade de atuação desses grupos deve ser buscada na história de sua configuração e nas lutas relativas às áreas específicas de políticas públicas. Ele afirma que os membros do Conselho pertencentes ao setor público são os maiores recursos organizacionais de acesso a pareceres técnicos, às redes de comunicação e a outros, para exercer suas atividades de representação, além do fato de que as reuniões ocorrem em sua própria jornada de trabalho. O autor observa ainda que, sobretudo os grupos socialmente mais desfavorecidos, como os pequenos produtores, possuem enorme dificuldade para se ausentar de suas atividades cotidianas e moram em locais de difícil acesso, com grande deficiência de comunicação. Em decorrência disso, existe uma tendência por parte dos membros do Conselho a tratar os moradores do PEPB não como atores envolvidos em conflitos ambientais, mas como problemas ambientais sobre os quais falam os outros participantes, mesmo quando estão presentes no Conselho.

4.2 A mídia e a criminalização dos agricultores do entorno do PEPB

Conforme observa Castells,²⁹ o sucesso do movimento ambientalista se deve à capacidade de adaptação ao modelo de comunicação diante dos novos arranjos tecnológicos. A esse contexto, a mídia é um dos seus principais aliados, uma vez que divulga valores humanistas e coletivos distantes da política de determinados grupos.

[...] a legitimidade das questões levantadas pelos ambientalistas, diretamente relacionadas a valores humanistas apreciados pela maioria das pessoas, e muitas vezes distantes da política partidária, abriu caminho para que a mídia assumisse o papel de voz do povo, contribuindo para que sua própria legitimidade se firmasse e fazendo com que os jornalistas se sentissem bem ao divulgar o assunto.

Contrariando a tendência apontada por Castells³⁰ ao analisar o movimento ambientalista nos Estados Unidos, no caso em análise, os agricultores do entorno do Parque Estadual da Pedra Branca são vistos, pela mídia e pela sociedade em geral, como criminosos que degradam o Parque. Isso se pode verificar tanto na reportagem divulgada em 27 de maio de 2011 no RJTV,³¹ quanto na medida equacionada pela Coordenação Integrada de Combate aos Crimes Ambientais do Estado, por meio da instalação de cerca protetora, com mais de 25 quilômetros, disposta no entorno do parque para afastar a população do contato com a área.

No Dia da Mata Atlântica, imagens feitas pelo Globocop nesta sexta-feira (27) mostram áreas do Parque Estadual da Pedra Branca, na Zona Oeste do Rio, que foram transformadas em plantações de banana. Em fevereiro, a Secretaria Estadual do Ambiente apreendeu criações de gado ilegais na região.

Com uma área equivalente a 12,5 mil campos de futebol, o Parque Estadual da Pedra Branca é a maior floresta urbana do Brasil. A reserva é contornada por 27 bairros da Zona Oeste. A área é quase três vezes o tamanho da Floresta da Tijuca, também no Rio de Janeiro.

Em 1974, o Parque Estadual da Pedra Branca foi transformado pelo governo federal em uma unidade de conservação de proteção integral e, a partir daí, as atividades de pecuária e agricultura passaram a ser proibidas em toda essa área.

De acordo com a Secretaria Estadual do Ambiente, nos últimos dois anos, as áreas de Mata Atlântica protegidas no Estado dobraram com a criação de novas unidades de conservação.

José Maurício Padrone, membro da Coordenadoria de Combate aos Crimes Ambientais, afirma que existem projetos de compensação para a população que vive de culturas como a banana e a mandioca, como

28 FUKS, Mário. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. p. 28.

29 CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Trad.: Klaus Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. v. 2. p. 161-162.

30 CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Trad.: Klaus Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. v. 2. p. 161-162.

31 RJTV. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/05/imagens-mostram-plantacao-ilegal-de-bananas-em-parque-ambiental-no-rio.html>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

é o caso do plantio de mudas nativas de Mata Atlântica. Também há o pagamento de indenizações para a realização de novas atividades: “Existe um projeto, o projeto vai terminar no final do ano e a secretaria vai indenizar essas pessoas que estão lá, e vai acabar com a banana, com essa plantação de banana e plantar mudas de Mata Atlântica nativa daquela região, constituindo uma verdadeira ‘intromissão de acontecimentos distantes na consciência cotidiana’”.³² Além disso, os próprios agentes governamentais divulgam versões distorcidas e autoritárias sobre o plano de manejo e sobre o processo decisório que vem a partir dele, o que, segundo a Lei, deve ser feito de forma democrática e socialmente justa.

No mesmo período, foi divulgada uma matéria sobre a apreensão de uma tropa de cavalos que pastava solta no interior do Parque Estadual da Pedra Branca. Os animais comiam e pisoteavam as mudas usadas no reflorestamento da vertente norte do Parque, próxima ao cemitério Jardim da Saudade, na Zona Oeste, além de ocuparem encostas de uma área preservada, provocando grande dano ambiental. Tal apreensão reafirmou o argumento da instalação da cerca delimitadora das divisas do Parque, tornando-o uma área intocável, e, desse modo, somente os autorizados possuíam acesso. Isso configura uma visão do uso ilegítimo da força que, conforme observado por Oliveira, trata-se de uma relação que acarreta o “insulto moral”.³³

Em outra matéria propagada pela mídia,³⁴ divulgaram-se, com o propósito de visitação e ecoturismo, a criação de novas trilhas no Parque, a reforma da sede de Jacarepaguá e as obras de recuperação em suas vias de acesso. Segundo afirmação do Secretário Estadual do Ambiente, Carlos Minc, por um lado, serão excluídas dos limites da unidade de conservação áreas favelizadas e, por outro, serão incorporadas áreas preservadas que ficam em seu entorno. Logo, a proposta é revitalizar o Parque da Pedra Branca e tão somente incentivar o turismo no local. Os recursos vêm do Fundo da Mata Atlântica, o qual conta com o pagamento de ações de compensação ambiental depositadas por empresas infratoras.

Segundo Minc não queremos mais um parque morto, que ninguém conhece. A ideia agora é fazer com que ele gere receitas e empregos. A melhor defesa é o bom uso dele. O turismo nos parques estaduais atrai 200 mil pessoas por ano, e queremos que, em quatro anos, esse número chegue a 800 mil.

O processo é construído para compor uma sociedade do espetáculo³⁵ com o propósito de chamar as novas atrações e o culto exacerbado à biodiversidade da unidade. A partir daí, inclusive, foi editado um livro em parceria com a UERJ e com a ONG Instituto Terra Brasil.

Em 19 de julho de 2011, foi divulgada outra matéria que noticiou a prisão preventiva do empresário Ricardo de Souza Ferreira, acusado por uma série de crimes, entre eles o loteamento clandestino de um trecho da Área de Preservação Permanente (APP) do Parque Estadual da Pedra Branca, para a construção do Condomínio Floresta Park, na Taquara. O empresário foi acusado de desmatar uma extensa área de mata nativa e represar o curso de água na zona de amortecimento do Parque.³⁶

32 GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade pessoal*. Trad. Miguel Vale de Almeida. 2. ed. Oeiras: Celta, 2001. p. 24.

33 OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 135-146. p. 136. O autor adota como características para o fenômeno do “insulto moral”: a) a agressão objetiva a direitos que, porém, não se encontram materializados; b) a desvalorização da identidade do outro. Nesse ponto, a proposta se encaixa perfeitamente aos fatos que são noticiados pela mídia, uma vez que transforma os agricultores do PEPB em “criminosos ambientais”, desconsiderando seu passado e as atividades que auxiliam a preservação do entorno do Parque e acentuando a visão de natureza intocável que as políticas adotadas pelo governo do Estado do Rio de Janeiro implementam diuturnamente. Tal problemática gera a dicotomia trabalhada pelo autor da consideração/desconsideração e abandona a “identidade singular” dos cidadãos do entorno.

34 *O globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/posts/2011/07/21/parque-da-pedra-branca-sera-revitalizada-393619.asp>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

O globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/07/15/secretaria-do-ambiente-retira-cavalos-do-parque-da-pedra-branca-924916347.asp>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

35 A expressão “sociedade do espetáculo” foi criada Guy Debord (1967) como o conjunto das relações sociais mediadas pelas imagens. No contexto empregado, a ideia traduz a crítica ao modo que a natureza é utilizada como símbolo de um querer coletivo e como o poder exercido pela sociedade capitalista.

36 RAMALHO, Sérgio. *Empresário tem prisão decretada por lotear área de preservação ambiental*. *O Globo*, Rio, 19 jul. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/empresario-tem-prisao-decretada-por-lotear-area-de-preservacao-ambiental-2714036>. Acesso em: 28 ago. 2011.

Na notícia divulgada em 20 de julho de 2011,³⁷ a Coordenadoria de Combate aos Crimes Ambientais (Cicca), órgão vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente, em parceria com o Núcleo de Defesa Pecuária da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária e com o apoio do Batalhão Florestal, relata a apreensão de nove cavalos, mulas e burros utilizados no transporte de bananas cultivadas dentro dos limites do Parque Estadual da Pedra Branca. Contaminados pela anemia infecciosa equina, esses animais foram sacrificados numa operação conjunta de órgãos estaduais. Segundo o coordenador da Cicca, José Maurício Padrone, no momento da apreensão, foi constatado que uma mula, diagnosticada como soro-positivo, já havia falecido em função da patologia, e um burro, também infectado, estava solto na mata. Afirma Padrone que a “[...] fiscalização conjunta das secretarias estaduais do Ambiente e de Agricultura e Pecuária, através da Defesa Agropecuária, vai continuar em outras unidades de conservação”.

A coordenação do PEPB afirmou que qualquer atividade agropecuária é proibida na unidade de conservação. Porém, como já residiam na região antes da criação do Parque da Pedra Branca, esses produtores ainda exercem suas atividades, até porque não passaram pelo processo de regularização fundiária e pela provável remoção para outras áreas.

Autores como Queiroz³⁸ contestam o mito do isolamento dos pequenos produtores e evidenciam para diferentes formas de integração com a sociedade em sentido amplo do termo. Contudo, destacam também que algumas delas podem levar a situações de decadência, criminalização e miséria, conforme evidenciado nos relatos acima.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos recentes de transformação global e os fluxos econômicos de comunicação e de mobilidade de pessoas e objetos modificaram as relações entre espaços, entre o global e o local, conferiram novos significados ao lugar e à produção regional e reconheceram a existência de múltiplas culturas.

Como visto, a identidade se torna um processo de construção constante a partir do redimensionamento do tempo e do espaço. Desse modo, o incentivo às práticas agrícolas do maciço, a partir do resgate de atividades econômicas fortemente enraizadas em bases territoriais, não significa a insistência em resgatar o passado, mas em conferir novos significados ao lugar, incentivando a produção de novidades e de processos de inovação social. Desse modo, subvertem-se formas históricas de desigualdade social e de relações de poder que se manifestam nas relações socioespaciais.

Nesse sentido, os parques não foram criados de forma integrada a um projeto de promoção socioeconômica e cultural da região. Os parques, na verdade, integram uma categoria de conservação da natureza que atende aos anseios, às expectativas e ao modo de vida das populações urbanas elitizadas e excludentes.

A ocupação do Parque Estadual da Pedra Branca e a trajetória dos pequenos agricultores revelam contradições geradas em virtude da categoria de unidade de conservação instituída em 1974. Como observado, mesmo que a legislação ambiental tenha sido um grande entrave à reprodução social desse grupo, a permanência na área protegida se tornou, ao longo dos anos, fundamental para o grupo fazer frente aos processos de expropriação política e econômica trazidos pela crescente ocupação urbana e pelas novas racionalidades de mercado.

Por intermédio da globalização, houve um rompimento das identidades culturais, as quais se alteraram rapidamente a partir da nova dinâmica informacional e se deslocaram a um contexto único. As represen-

37 INEA. *CICCA sacrifica animais contaminados no Parque da Pedra Branca*. Disponível em: http://www.inea.rj.gov.br/noticias/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=1335. Acesso em: 28 ago. 2011.

38 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, apud FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Um parque no sertão carioca dos anos 70 aos dias de hoje. O que mudou na política de conservação? In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008. p. 4 Disponível em: < <http://www.abant.org.br/noticias.php?type=congressoRBA#453>. >. Acesso em: 20 de set. 2011.

tações simbólicas dos pequenos produtores situados no entorno do PEPB foram subvertidas e, com isso, esses sujeitos passaram a ser estigmatizados como invasores e depredadores do meio ambiente. A solução deveria ser sua integração à legalidade estabelecida, sem o reconhecimento de que tais grupos são sujeitos de direitos e atores atuantes antes da criação da unidade de conservação e de sua identidade na manutenção das fronteiras territoriais do Parque.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 135-146.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade - A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. v. 2.
- COHEN, Marcos. *Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro*. 2007. 341 p. Tese (Doutorado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica PUC, Rio de Janeiro, 2007.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.
- FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Um parque no sertão carioca dos anos 70 aos dias de hoje. O que mudou na política de conservação? In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008. p. 4 Disponível em: <<http://www.abant.org.br/noticias.php?type=congressoRBA#453>>. Acesso em: 20 de set. 2011.
- FOSTER, George. What is a peasant? In: POTTER, J.; DIAZ, M. *Peasant society*. Boston: Little, Brown and Company, 1967. p. 2-14.
- FUKS, Mário. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade pessoal*. Trad. Miguel Vale de Almeida. 2. ed. Oeiras: Celta, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.
- HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- OLIVEIRA, Clara Machline. O comércio da natureza: a construção do espaço no bairro de Vargem Grande, cidade do Rio de Janeiro. *Revista de Graduação de Geografia da PUC*. Rio [de janeiro], ano 1, n.1, v.1, jan./jul. 2008.
- OST, François. *O tempo do direito*. São Paulo: EDUSC, 2005.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.